

ID: 120939905

08-01-2026

Revisão da carreira docente avança no meio de “dúvidas” e discussões sobre sumários

Cristiana Faria Moreira

Entre discussões sobre a obrigatoriedade dos sumários escritos nas salas de aula, o direito ao descanso dos professores e o reforço da protecção face às agressões de que são vítimas, há uma preocupação que se destaca no final da segunda reunião entre as estruturas sindicais e o Ministério da Educação: a preservação das especificidades da carreira docente.

No final da reunião, destinada à revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), o secretário de Estado adjunto e da Educação, Alexandre Homem Cristo, afirmou que dez das 12 estruturas sindicais (com excepção do Stop e Fenprof) concordaram com a generalidade das mudanças propostas e disse acreditar que os pontos que geraram mais dúvidas e “alguma resistência” serão resolvidos

futuramente, quando se “densificar” a discussão dos temas. “São mais dúvidas do que discordâncias”, disse.

Este é o primeiro ponto da negociação da revisão ECD, sendo por isso uma “espécie de chapéu” de outros temas que serão ainda negociados. E, por isso, as estruturas sindicais reiteram que o novo estatuto deve ser claro quanto ao facto de esta ser uma carreira especial. “A profissão de professor exige autonomia pedagógica e científica. Não pode ficar circunscrita a um modo funcionário [da administração pública]”, notou, à saída, o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), Francisco Gonçalves.

“Somos uma carreira especial e não queremos que o recrutamento, a avaliação ou a formação sejam transversais à função pública porque

somos uma carreira especial específica, com competências específicas”, notou também a presidente do Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE), Júlia Azevedo.

Para evitar qualquer dúvida, a nova redacção deverá contemplar “uma menção explícita a esse regime especial” no articulado. “Nós concentrámos em três artigos aquilo que existia em 11 artigos, ou seja, este exercício de simplificação faz com que haja uma ou outra matéria que não está tão explícita no articulado e, portanto, gera dúvidas. Julgo que

essas dúvidas vão ficar esclarecidas à medida que possamos avançar na negociação”, notou Homem Cristo.

Outro dos pontos que preocupam a Fenprof é o facto de a nova redacção, na parte dos direitos e garantias, não contemplar o direito à negociação colectiva. Segundo Francisco Gonçalves, o argumento da tutela é que esse direito já está contemplado na legislação geral laboral.

O ponto discordante prende-se com os sumários. A tutela quer que o novo estatuto contemple a obrigatoriedade de os professores registarem os sumários de cada aula. Ora, para a FNE, assim como para o SIPE, este deve ser apenas um instrumento pedagógico e não de controlo. Para a FNE, o objectivo do ministério será usar os sumários como “mecanismo de controlo para perceber ausências de professores”.



Professores contestam proposta de obrigatoriedade de registarem os sumários de cada aula